

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.186 - PB (2019/0129117-3)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA**  
**AGRAVADO : ANTONIO TARGINO DOS SANTOS**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado pelo INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, assim resumido:

ADMINISTRATIVO. AMBIENTAL. ESPÉCIME DA FAUNA SILVESTRE. CATIVEIRO. INFRAÇÃO AMBIENTAL. MULTA. PROPORCIONALIDADE. HONORÁRIOS. DEFENSORIA PÚBLICA. CONFUSÃO ENTRE CREDOR E DEVEDOR. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.

1. Manter em cativeiro espécimes da fauna silvestre (Caboclinho-paraguai - 2 unidades e Papa-capim - 1 unidade) sem a devida permissão da autoridade ambiental competente constitui, nos termos do art. 24, inciso I, § 3º, III, do Decreto nº 6.514/2008, infração, portanto, passível de autuação.

2. A autoridade administrativa lavrou em face do autor/apelado o Auto de Infração 9140670/série E, sendo aplicada pena de multa na ordem de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por cada pássaro apreendido, com base no art. 24 do Decreto 6.514/2008, o que ensejou uma quantia de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

3. Possibilidade de redução da multa, mercê do art. 6º, incisos I a III, da Lei nº 9.605/98, tendo em vista a pequena gravidade do fato, os antecedentes do infrator e a situação econômica deste.

4. Hipótese em que a mitigação da multa para o patamar de R\$ 300,00 (trezentos reais) levou em conta as condições socioeconômicas do autor, na medida em que a sua subsistência advém de uma pequena atividade pesqueira, aliado ao fato de que não há provas quanto à existência de infrações ambientais anteriores, tampouco que o autor/apelado "infringisse maus tratos aos pássaros sob seus cuidados".

5. Não agiu bem o magistrado de primeiro grau ao condenar o IBAMA, na qualidade de autarquia federal, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais em favor da Defensoria Pública da União, porquanto haveria confusão entre credor e devedor, uma vez que as partes

litigantes pertencem à mesma Fazenda Pública. Precedentes.

6. Apelação parcialmente provida para afastar a condenação do IBAMA ao pagamento dos honorários sucumbenciais.

Alega violação dos arts. 6º, 29, § 1º, inciso III, e 75, todos da Lei n. 9.605/1998, 24, incisos I e II, §4º, do Decreto n.6.514/2008, 2º da Lei 9.789/1999, e 8º do Código de Processo Civil, no que concerne à ausência de discricionariedade na fixação da multa por infração ambiental, trazendo os seguintes argumentos:

Ora, a conduta da parte ora recorrida foi de manter aves silvestres sem licença em cativeiro doméstico. E para tal conduta a multa cominada é de R\$ 500,00 ou de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por cada exemplar de animal silvestre, conforme o mesmo esteja ou não na lista de animais sob risco de extinção. Há que se ater, simplesmente, a esses valores por cada exemplar, fixados na legislação.

Ora, se tal multa é fixada de modo plenamente vinculado e sem qualquer margem de discricionariedade, não se pode pretender, no caso, levar em consideração, para fins de fixação da multa, a capacidade econômica do mesmo, os motivos da infração e as suas consequências para o meio ambiente. Esses elementos somente são considerados quando a multa é fixada por arbitramento, em ato discricionário.

Com efeito, no caso da infração perpetrada pelo infrator, o critério de dosimetria aplicável, segundo a legislação vigente é aquele previsto no artigo 74 da lei 9.605/98: sanção de multa e não de advertência, sanção essa a ser infligida segundo a quantidade exemplares ou de "unidades" de animais silvestres mantidos em cativeiro irregular.

Esse artigo 74 da lei 9.605/98 possui a seguinte redação:

"Art. 74. A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado."

Portanto, foi errônea a aplicação, no caso concreto, pelo acórdão recorrido, dos critérios de dosimetria previstos no artigo 6º da lei 9605/98. Os critérios desse mesmo artigo 6º (antecedentes do infrator, sua condição econômica e de instrução, bem como as consequências do ilícito) somente se aplicam no caso de multas sujeitas a arbitramento discricionário, multas essas que também existem na legislação ambiental. Tal dispositivo, contudo, não se aplica no caso de multas que a legislação prevê e estipula serem tarifadas ou de valor fixo, caso em que incide não o artigo 6º, mas o artigo 74, acima transcrito, da lei 9605/98.

Portanto, houve clara violação, pelo acórdão recorrido, aos artigos 74 e 29, §1º, III, da lei 9.605/98 e ao artigo 24, incisos I e II e §9º do Decreto 6.514/2008, que estabelece um valor de R\$ 500,00 ou de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por cada exemplar de animal silvestre, conforme o mesmo esteja ou não na lista de animais sob risco de extinção. No caso concreto, a multa aplicável é de R\$ 500,00, já que os animais não corriam risco de extinção (fls. 179/180).

É o relatório. Decido.

No que concerne ao recurso, na espécie, não houve o prequestionamento da tese recursal, uma vez que a questão postulada não foi examinada pela Corte de origem sob o viés pretendido pela parte recorrente.

Nesse sentido: “O Tribunal de origem não tratou do tema ora vindicado sob o viés da exegese dos artigos 131 e 139 do CPC/1973, e, tampouco o recorrente opôs embargos de declaração visando prequestionar explicitamente o tema. Incidência da Súmula 211/STJ” (AgInt no REsp n. 1.627.269/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/9/2017).

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 1.217.660/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 4/5/2018; e AgInt no AREsp n. 965.710/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 19/9/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente